

Armazenar dados na nuvem: pesar os prós e contras

terça, 27 janeiro 2015 12:56

Ricardo Henriques, sócio da pbbr



O crescimento da computação em nuvem (cloud computing) como meio de obtenção de serviços de tecnologias de informação representa uma oportunidade, bem como um desafio para as empresas.

As oportunidades são significativas em termos de escalabilidade, flexibilidade e, para a maioria, de preços. Existem, no entanto, vários riscos e considerações a ter em conta quando se toma a decisão de trocar algumas ou todas as necessidades de computação por este tipo de serviços.

Antes de se optar por avançar para uma solução de computação em nuvem, é conveniente efectuar uma análise dos riscos associados, incluindo temas como a recuperação de dados e continuidade de operações ou a viabilidade da mudança para um fornecedor alternativo.

Tendo em conta o valor e a importância das informações a armazenar na nuvem, será importante efectuar um exame ao fornecedor e sua conformidade com os requisitos necessários de um ponto de vista técnico, financeiro, comercial e regulatório.

Como em qualquer outro contrato, muitos problemas podem surgir durante o ciclo de vida de um contrato de serviços de computação em nuvem, devendo por isso ser consideradas diversas questões na sua negociação, desde os aspectos comerciais aos aspectos técnicos e operacionais, sem esquecer as questões relacionadas com a protecção de dados pessoais.

Assumem particular importância a duração do contrato e o seu processo de renovação. Também o acordo sobre os níveis de serviço (SLA) e créditos associados a uma possível interrupção de serviço, ou

regulação dos riscos em caso de falha de telecomunicações são aspectos a considerar, entre muitos outros.

Uma vez que, na maioria das situações, os dados mantidos na nuvem conterão também dados pessoais, tal significa que se torna também necessário assegurar que os requisitos de protecção de dados pessoais previstos na lei serão cumpridos. Sobre este ponto é importante ter em conta a localização do prestador as leis que lhe são aplicáveis e o possível acesso aos dados por parte de entidades públicas no âmbito de investigações de processos judiciais, sendo por isso importante ter presente este tema aquando da escolha do prestador.

Os instrumentos jurídicos a considerar quanto ao tema da protecção de dados são a Directiva de Protecção de Dados (95/46/CE) e a sua transposição para o direito nacional efectuada pela Lei n.º 67/96 de 26 de Outubro (Lei de Protecção de Dados Pessoais).

Também a Directiva sobre Privacidade nas Comunicações Electrónicas (2002/58/CE) (com a redacção que lhe foi dada pela Directiva 2009/136/CE) e a sua transposição para o direito nacional efectuada pela Lei n.º 46/2012 de 29 de Agosto serão aplicáveis ao tratamento de dados pessoais no contexto da prestação de serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público em redes de comunicações públicas.

No que respeita ao tema da protecção de dados serão especialmente relevantes os Pareceres do "Grupo de Trabalho de Protecção de Dados do Artigo 29.º", sobre temas tais como "técnicas de anonimização" (05/2014); "notificação da violação de dados pessoais" (03/2014); "limitação da finalidade" (03/2013); "consentimento" (15/2011); "legislação aplicável" (8/2010); e "conceito de dados pessoais" (4/2007).

Talvez com maior relevância ainda será o parecer deste Grupo dedicada em específico à "computação em nuvem" (05/2012), aprovado em 1 de Julho de 2012, na qual são analisadas as questões relevantes para os prestadores de serviços de computação em nuvem que operam no Espaço Económico Europeu e os seus clientes.

